

Duas interpretações sobre a noção marxiana de desenvolvimento: Uma avaliação crítica¹

Patrick Galba de Paula

Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial mais de 50 países obtiveram sua independência das antigas metrópoles européias, principalmente na Ásia e na África. Estes países, junto com a América Latina, vão dar origem ao viria a ser conhecido como o “terceiro mundo”. Trata-se de países formalmente independentes, mas “subdesenvolvidos”.

Buscando oferecer um “caminho para o progresso” destes países, as principais teorias da *Economia do desenvolvimento*, como os trabalhos de A. Lewis (1969) e Rostow (1974), caracterizam-se por compartilhar uma identificação praticamente imediata entre as noções de “desenvolvimento” e “desenvolvimento capitalista”, como expansão das relações de produção capitalistas². Seu objetivo seria fornecer bases para o chamado *catch up*, ou seja, o nivelamento do desenvolvimento nos patamares dos países industriais.

Um questionamento destas teorias seria realizado por Paul A. Baran (1977)³ e aprofundado por A. G. Frank (1966) e pela Teoria da Dependência. Aqui o subdesenvolvimento aparece como uma consequência da própria expansão das relações capitalistas nos países “pobres” (satélites / periferia), ocorrida em função do abastecimento de matérias primas para a indústria dos países desenvolvidos (metrópoles / centro). Esta posição ficaria conhecida como *neomarxista*.

Em resposta aos trabalhos de Baran, Frank e dos dependentistas surge toda uma produção bibliográfica que busca discutir e estabelecer qual seria a noção de desenvolvimento

¹ Este artigo expressa de forma sintética as principais conclusões da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado do autor defendida junto ao PPED do Instituto de Economia da UFRJ (DE PAULA, 2014a). O autor agradece à orientação do professor Ronaldo Fiani e aos comentários dos professores Bianca Bonente, Eduardo Costa Pinto e Marcelo Carcanholo. Obviamente, qualquer erro ou imprecisão é de responsabilidade do autor. Contato: patrickgalba@gmail.com

² Esta afirmativa foi detalhadamente testada em recente trabalho de Bonente (2011, capítulos 4-7).

³ Os trabalhos de Lewis, Rostow e Baran são respectivamente de 1954, 1960 e 1957.

presente na obra de Karl Marx. O objetivo desta produção é estabelecer se as formulações de Marx “autorizariam” ou não este neomarxismo.

Em geral, os autores que participaram do debate sobre a noção *marxiana* de desenvolvimento buscavam demonstrar que, ao contrário dos neomarxistas, Marx tinha uma posição sobre o tema segundo a qual os patamares de desenvolvimento capitalista tendiam a se nivelar pelo mundo. Esta corrente principal destes estudos ficaria conhecida como portadora da interpretação “ortodoxa” de Marx. Neste estudo se referirá a esta interpretação por *difusionista*, por ter a característica fundamental de atribuir ao autor a *previsão de uma tendência de difusão do capitalismo pelo mundo, ou das relações de produção capitalistas, como sendo algo equivalente a uma difusão do “desenvolvimento”*.

Este tipo de interpretação teve grande ressonância ao longo da segunda metade do século XX, uma ressonância de tal ordem que mesmo críticos deste tipo de visão e, em alguns casos, mesmo autores com simpatias por visões relacionadas à teoria da dependência ou as teorias da troca desigual, cederiam a ela em suas obras, aceitando, ainda que com diferentes graus de contradições, a interpretação que identificava estas teses difusionistas na obra de Marx. Os exemplos disso vêm desde o próprio Baran (1977, p. 210), até Dos Santos (2000, pp. 18-19), passando por Sutcliffe (1972, p. 181), Amin (1974, pp. 147-148), Brown (1974, p. 70), Williams (1978, p. 930), Wallerstein (1985, pp. 379), Mclellan (1998, pp. 275-277), e Fiori (2000, pp. 15-19). O sucesso da atribuição desta tese a Marx levou a que ela se tornasse expressão de um marxismo supostamente “ortodoxo”. De todo modo, é possível que os críticos “não-ortodoxos” tenham contribuído de forma importante para este resultado⁴.

Por outro lado, uma segunda linha interpretativa também muito relevante sobre o tema do desenvolvimento na obra de Marx admite que ele tenha partido deste tipo de posição em sua juventude, mas afirma que esta etapa inicial de sua evolução foi superada após uma

⁴ Sobre isto R. Chilcolte afirmaria que um dos principais problemas dos marxistas de sua época que estudavam o desenvolvimento seria sua “indisposição de buscar suas descobertas no pensamento de Marx, ou talvez sua desatenção com os escritos do século XIX” (CHILCOTE, 1983, p. 105).

ruptura radical com grande parte destas posições, ocorrida em algum momento após os anos 1850. Esta visão será chamada aqui de *tese da mudança radical*.

Revisão bibliográfica

Para orientar uma análise crítica destas interpretações se demonstrou ser útil dividir a discussão da visão de Marx sobre o desenvolvimento em dois níveis⁵: O primeiro, do desenvolvimento das sociedades em geral, ou seja, de uma “teoria da história”, seria o nível mais abstrato e trans-histórico; O segundo nível seria o de uma “teoria do capital”, específica para o modo de produção capitalista, ou seja, uma teoria do desenvolvimento capitalista. Este procedimento se justifica porque cada uma das interpretações buscou formular em linhas gerais o que seriam as características destes dois aspectos, ou dois níveis teóricos de abstração na obra de Marx.

Desenvolvimento em Marx: A interpretação difusionista

Esta visão, no nível mais abstrato de uma teoria da história, atribui a Marx uma concepção histórico-filosófica, segundo a qual o desenvolvimento das sociedades humanas se daria numa sucessão de estágios pré-determinados rumo ao progresso, ou seja, uma visão teleológica (hegeliana) da história (AVINERI, 1968, pp. 3-12; KIERNAN, 1974, pp. 213-214). Os autores que comungam desta interpretação passam a reconhecer progressivamente “contradições” e “tensões” nesta filosofia da história de Marx, mas insistem que ela foi sua efetivamente a posição do autor durante a maior parte de sua vida (VUJACIC, 1988, p. 471; LARRAIN, 1999, pp. 230-231).

O principal aspecto que decorreria desta concepção seria a idéia de que existiria uma *unilinearidade* do processo de desenvolvimento, ou seja, uma linha evolutiva comum sobre a qual estariam, em diferentes posições, todas as formações sociais humanas. As formações sociais evoluiriam de modos de produção e reprodução da sua existência com

⁵ O primeiro a propor este tipo de divisão parece ter sido Palma (1978, p. 887). Também foi adotada por Bonente (2011).

características mais atrasadas até modos de produção mais desenvolvidos, sempre sobre uma mesma linha “pré-determinada”. As diferenças entre as distintas sociedades só poderiam, portanto, referir-se ao atraso relativo dentro desta linha evolutiva única. Na última versão desta interpretação, admite-se que, antes do capitalismo, possa ter havido uma bilinearidade devido à existência do modo de produção asiático, mas mesmo assim preserva-se uma unilinearidade no que diz respeito ao capitalismo (do pré-capitalismo ao capitalismo e daí ao socialismo / comunismo), ou seja, um “afunilamento” dos distintos modos de produção, que só poderiam alcançar o desenvolvimento em patamares “modernos” através do capitalismo (PALMA, 1978, p. 887; VUJACIC, 1988, p. 481; LARRAIN, 1999, pp. 229-230).

No que diz respeito à teoria específica sobre o capital, aponta-se a tendência à expansão do capital em conjunto, com o que seria chamado por Foster-Carter (1978) de “homoficiência” do capital. Trata-se da atribuição a Marx da noção de que o capital, independente das peculiaridades dos processos históricos de desenvolvimento, funcionaria sempre (e em qualquer país) da mesma forma e o avanço das relações capitalistas e da “lógica” do capital levaria sempre às mesmas conseqüências, sendo as principais delas a tendência ao surgimento de capitalismo industriais autônomos (KIERNAN, 1974, p. 198; PALMA, 1978, p. 888), e ao nivelamento dos patamares de desenvolvimento nas distintas partes do mundo (WARREN, 1973, pp. 41-42; KAY, 1975, p. 10; PALMA, 1978, pp. 886-887; BREWER, 1990, p. 24). Esta característica teria a ver com a tendência do capital a promover o aumento da produtividade do trabalho em qualquer situação através do mecanismo da mais-valia relativa, cujo fundamento seria a adoção de relações capitalistas de produção (BRENNER, 1977, pp. 30-31). Assim, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção é visto como determinante em relação ao desenvolvimento das forças produtivas (FINE e HARRIS, 1981, p. 19).

Se eventualmente a expansão de relações capitalistas não leva ao “desenvolvimento”, a explicação estará sempre no papel negativo das peculiaridades dos modos de produção pré-capitalistas (REY, 1978, pp. 11-16; MANDLE, 1980, p. 865), e nas dificuldades que estas peculiaridades imporiam ao avanço do capital produtivo, em alguns casos em combinação

com o capital comercial, responsável pela exportação de mercadorias pelos países industriais (KAY, 1975, pp. 125-126; WEEKS, 1988, p. 51) .

Uma decorrência da forma que se aborda este segundo nível do processo de desenvolvimento diz respeito ao problema das unidades de análise e a possibilidade de utilização das teorias contidas em O Capital. Uma forma de abordar o tema, dentro desta interpretação, tem sido a afirmação de que O Capital se baseia num “modelo de uma economia fechada e homogênea, completamente capitalista” onde “não há espaço para quaisquer diferenças nas condições econômicas entre países diferentes” (BREWER, 1990, p. 26). Assim, excetuando-se o país (ou países) onde as relações sociais capitalistas alcançaram sua máxima sofisticação, a teoria de Marx do valor-trabalho e toda teoria social decorrente (teoria da mais-valia, teoria da acumulação, teoria do preço de produção, etc) não seria aplicável aos países atrasados (PALMA, 1978, p. 1978). Em suma, os países subdesenvolvidos em geral não seriam “capitalistas o suficiente” para uma análise pela teoria do valor-trabalho, o que seria provado pelo próprio fato de serem subdesenvolvidos, uma vez que o subdesenvolvimento seria uma forma de atraso do ponto de vista da difusão das relações capitalistas de produção.

Deste modo, falar em desenvolvimento, em modernização das sociedades do nosso tempo, melhoria das condições materiais etc., seria necessariamente tratar do avanço das relações capitalistas, da lógica do capital. Quanto mais capitalista um determinado país, mais desenvolvido. De tudo isto decorreria então que, numa acepção marxiana, a noção de subdesenvolvimento, como o caso dos países subdesenvolvidos, “em desenvolvimento”, “pobres”, etc, não poderia corresponder à outra coisa senão a um insuficiente avanço das relações capitalistas (LARRAIN, 1999, pp. 233-234)⁶. Neste quadro, o subdesenvolvimento seria então o mesmo que um “atraso” do ponto de vista das relações capitalistas de produção e do predomínio da “lógica” do capital.

A tese da mudança radical e a visão de Marx pós 1860

⁶ G. Williams, já em 1978, havia ressaltado este aspecto em sua crítica das visões marxistas do desenvolvimento (WILLIAMS, 1978, p. 925). Não percebe, entretanto, a existência de uma superação deste tipo de visão na obra de Marx (WILLIAMS, 1978, p. 929).

A interpretação que aponta uma mudança no posicionamento de Marx sobre o desenvolvimento comporta posições mais heterogêneas. As diversas versões desta interpretação têm em comum a visão de que há, em algum momento entre 1853 e 1877, uma ruptura do autor com alguns aspectos descritos na seção anterior.

Do ponto de vista de uma teoria da história, reconhece-se em geral a existência de um período teleológico, histórico-filosófico na obra de Marx, mas afirma-se que o autor teria efetuado uma ruptura com este tipo de concepção em algum momento que varia entre 1853 e 1877. A ruptura é em geral relacionada com as análises sobre a Ásia, onde os “esquemas” formulados por Marx para o ocidente não se aplicariam por completo (KOHAN, 1998, p. 236; ANDERSON, 2010, p. 298), ao contato de Marx com a intelectualidade “periférica” russa (WADA, 1984, pp. 44; DUSSEL, 1990, p. 245; DI MEGLIO e MESSINA, 2012, p. 208) e à repercussão de acontecimentos como a Comuna de Paris⁷ (SHANIN, 1984, pp. 6-7), e consideram em geral os pontos relevantes deste processo de evolução a elaboração da categoria do modo de produção asiático, e os escritos sobre a possibilidade aventada por Marx de uma “via russa”, não-capitalista, de desenvolvimento a partir da comuna rural (*obshtchina*). Após esta ruptura, Marx teria desenvolvido uma teoria da história multilinear, onde as possibilidades de transformação das sociedades humanas seriam mais amplas (WADA, 1984, pp. 45; ANDERSON, 2010, p. 244).

No que diz respeito ao desenvolvimento numa “teoria do capital”, no sentido mais específico, afirma-se em geral um reconhecimento do subdesenvolvimento, ou seja, a possibilidade vista por Marx a partir da década de 1860, com seus escritos sobre a Irlanda⁸, mas que se repetiria outros textos (sobre a Polônia, a Rússia, o sul dos Estados Unidos e em escritos posteriores sobre a Índia) de um “novo caminho” a ser trilhado onde a expansão das relações de produção capitalistas não levaria necessariamente ao mesmo lugar onde se encontram os países industriais (MOHRI, 1979, p. 40-41). Também aqui a variedade é muito grande, havendo quem afirme ver em Marx um precursor da teoria da dependência

⁷ A referência à *Commune* de 1871 relaciona-se ao papel nefasto a ser cumprido pela burguesia que, a exemplo da burguesia francesa, a partir dali passaria a colocar seu medo da mobilização independente do proletariado acima do seu aspecto progressista e de qualquer resquício revolucionário.

⁸ Sobre os escritos de Marx sobre a Irlanda, ver De Paula (2014b).

(MOHRI, 1979, p. 41; DI MEGLIO e MESSINA, 2012, p. 209), ou que ele se aproxima da noção de subdesenvolvimento (SCARON, 1980, p. 8-9).

Avaliação crítica

Nesta seção serão analisadas as interpretações tratadas até aqui, através de uma comparação crítica de suas principais proposições com a obra de Marx.

Desenvolvimento das sociedades na obra de Marx

No que diz respeito à existência de uma filosofia da história, em termos gerais, e de uma visão unilinear do desenvolvimento das sociedades na obra de Marx o exame atento da obra do autor não parece dar razão à interpretação difusionista, nem mesmo tomados em consideração os seus escritos da década de 1840.

Já na Ideologia Alemã, Marx havia formulado em linhas gerais sua teoria da história que se caracteriza justamente por negar este aspecto do pensamento das distintas correntes hegelianas com as quais Marx polemiza, afirmando em seu lugar uma concepção materialista e dialética, onde se busca demonstrar que a ação transformadora humana é sempre possível, embora esteja limitada pelas circunstâncias materiais em cada momento histórico. Ou seja, a interpretação difusionista, neste ponto, atribui a Marx um aspecto do pensamento de Hegel cuja negação é um dos elementos que confere especificidade à obra marxiana. Marx afirma na Ideologia Alemã:

A filosofia autônoma perde, com a exposição da realidade, seu meio de existência. Em seu lugar pode aparecer, quando muito, um resumo dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da consideração do desenvolvimento histórico dos homens. Estas abstrações, separadas da história real, não possuem valor algum. Podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sequência de suas camadas singulares. Mas de forma alguma dão, como a filosofia, uma receita ou um esquema onde as épocas podem ser enquadradas (MARX e ENGELS, 1983, p. 38).

Além disso, Marx mantém a rejeição a toda concepção histórico-filosófica em seus escritos mais maduros (*Grundrisse*, *O Capital*, escritos sobre a Rússia etc). Ele se manifesta em

termos muito próximos aos da Ideologia Alemã em carta (datada de 1877) publicada em um jornal russo cujo editor havia lhe feito justamente este tipo de acusação, à qual Marx refuta:

Acontecimentos de uma surpreendente analogia, mas que ocorreram em meios históricos diferentes, levaram a resultados inteiramente distintos. Estudando cada uma dessas evoluções separadamente e comparando-as em seguida, encontraremos facilmente a chave deste fenômeno, mas nunca chegaríamos a ela como um passe-partout de uma teoria histórico-filosófica geral, cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica (MARX, 1877, pp. 167-168).

Nem mesmo se a unilinearidade em questão fosse reduzida à necessidade de uma “etapa” capitalista de desenvolvimento esta interpretação se sustentaria. Em diversos trechos de sua obra Marx diferencia o “revolucionamento da objetivação do trabalho” (Incorporação em geral da ciência e da técnica ao processo de produção através da maquinaria e das novas formas de energia) da forma específica, alienada, em que esta incorporação ocorre sob o capital. É o que se pode observar nas passagens abaixo, retiradas dos *Grundrisse*:

No entanto, se é somente na maquinaria e em outras formas materiais de existência do capital fixo, como ferrovias, etc., que o capital confere a si mesmo a forma adequada como valor de uso no interior do processo de produção, isso de modo algum significa que esse valor de uso – a maquinaria em si – seja capital, ou que sua existência como maquinaria seja idêntica à sua existência como capital; Da mesma maneira que o ouro tampouco deixaria de ter o seu valor de uso como ouro quando não fosse mais dinheiro. A maquinaria não perderia seu valor de uso quando deixasse de ser capital. *Do fato de que a maquinaria é a forma mais adequada do valor de uso do capital fixo não se segue de maneira nenhuma que a subsunção à relação social do capital seja a melhor e mais adequada relação social de produção para a aplicação da maquinaria* (MARX, 2011, p. 583 - grifo nosso).

Os economistas burgueses estão tão encerrados nas representações de um determinado nível de desenvolvimento histórico da sociedade que a necessidade da **objetivação** das forças sociais do trabalho aparece-lhes inseparável da necessidade do **estranhamento** dessas forças frente ao trabalho vivo (MARX, 2011, p. 706 – grifos do original).

Além disso, no caso da discussão sobre a via russa, Marx aponta claramente a possibilidade de um desenvolvimento não-capitalista com a incorporação da ciência e da técnica ao processo produtivo e um grande avanço na objetivação do trabalho, a partir da comuna rural russa. É o que podemos ver na resposta de Marx aos marxistas russos sobre o tema:

O estudo especial que fiz sobre ela (a comuna russa), e cujo material pesquisei em fontes originais, convenceu-me de que esta comuna é o ponto de apoio para a regeneração social na Rússia; porém, a fim de que ela possa funcionar como tal, primeiro seria preciso eliminar as influências deletérias que a assolam por todos os lados e, então, assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo (MARX, 1881, p. 188).

Restaria apenas, como apoio para a interpretação que atribui a Marx uma visão histórico-filosófica do desenvolvimento, os trechos dos excessivamente citados artigos jornalísticos sobre a Índia de 1853 onde Marx faz alusão a uma dupla missão destruidora (da sociedade tradicional asiática) e regeneradora (de uma sociedade capitalista) da expansão capitalista britânica (MARX, 1961a; 1853; 1961b).

Mas ainda que se admita que nestes trechos Marx expressou, de alguma forma, este tipo de visão, também será necessário notar que nos artigos de 1853, ao atribuir a necessidade do desenvolvimento e da industrialização da Índia às contradições da própria dominação, a uma decorrência da “missão destruidora”, Marx já expressa outra concepção, ainda embrionária. Uma concepção que se esforça por explicar a realidade através da própria realidade e não de conceitos introduzidos artificialmente, de cunho “filosófico”. No entanto, para se efetivar, esta análise materialista precisaria ter como ponto de partida uma categoria material⁹, desenvolver-se em base a uma teoria do modo de produção capitalista e abrir ainda espaço para as determinações mais concretas, o que não ocorre no caso dos artigos de 1853. Aqui a análise do real ainda está subordinada ao conceito “filosófico” (a noção de “missão histórica civilizatória”), a uma teoria histórico-filosófica geral, a um *passe-partout*, que se manifesta na subordinação da ação humana à “História”. Marx já busca abordar em grande medida o real em sua análise, mas como seu ponto de partida ainda é filosófico-idealista, o resultado é uma subordinação da análise do real à concepção idealista, onde a análise, por mais material que seja, está a serviço de comprovar a ação por vias tortuosas das forças da “história”, e do “progresso”. A contradição se resolve, provisoriamente, com um retorno a uma espécie de *hegelianismo*, ainda que profundamente modificado e onde o “progresso histórico” ocupa o lugar do “absoluto”.

Cabe aí, por analogia, o que diz Mandel sobre a noção de alienação “antropológica” dos manuscritos econômico-filosóficos de Marx escritos em 1844 (MARX, 2003), noção que

⁹ A superação deste tipo de contradição idealista por Marx para pressupõe buscar na própria realidade material, não só a teoria, mas também o ponto de partida e o próprio método adequado ao objeto (o que de forma alguma ocorre com estes textos de 1853). Somente com esta “ontologização” do método (KOSIK, 1986, p. 87), seria possível escapar das determinações advindas da própria concretude, suas representações ideológicas, que Marx chamaria de mistificadoras, ou nas palavras de Kosik, expressões de uma *pseudo-concreticidade* (KOSIK, 1986, p. 88).

seria superada pela noção histórica da alienação desenvolvida posteriormente, em especial no primeiro capítulo de O Capital:

Trata-se, precisamente, de uma transição, do jovem Marx, da filosofia hegeliana e feuerbachiana para a elaboração do materialismo histórico. Nessa transição, elementos do passado combinam-se, necessariamente, com elementos do futuro. Marx aí combina, à sua maneira, isto é, modificando-os profundamente, a dialética de Hegel, o materialismo de Feuerbach e as determinações sociais da Economia Política. Essa combinação não é coerente. Não cria um novo “sistema”, uma nova “ideologia”. Oferece fragmentos esparsos que encerram contradições. (MANDEL, 1968, p. 162).

Segundo Mandel, Marx teria chegado cedo à conclusão da insuficiência da crítica da filosofia política de Hegel para entender a “anatomia da sociedade burguesa” (MANDEL, 1968, p. 21), e que isto só seria possível a partir de uma apropriação crítica dos grandes economistas (MANDEL, 1968, p. 29). Esta apropriação foi iniciada por Marx com os seus Manuscritos Econômico-Filosóficos (de 1844), em A Sagrada Família e em A Ideologia Alemã (ambos de 1845).

Nestes primeiros estudos de Marx, no entanto, ainda estão presentes contradições importantes. Exemplo das proporções da evolução pela qual passa o pensamento do autor, já assinalado por Rubin (1981, pp. 45-47), é a passagem da negação da teoria *ricardiana* do valor-trabalho em 1845¹⁰ (nos Manuscritos Econômico-Filosóficos e em A Sagrada Família), época em que Marx considerava a “escola de Ricardo” o “ápice do cinismo da economia política”¹¹, até sua aceitação e defesa contra os críticos em 1847, em A Miséria da Filosofia¹², defesa esta que evoluiria posteriormente para uma reformulação da teoria do valor sobre a qual seria erguida toda a teoria sobre o funcionamento do capital, presente em O Capital (MARX, 1983), cujo primeiro volume seria publicado em 1867 e os outros dois postumamente em 1885 e 1894, por Friedrich Engels. De acordo com Mandel (1968, pp. 82-103) a transição de Marx para sua própria teoria do valor só estará completa em 1857 nos *Grundrisse*¹³ (MARX, 2011) e será exposta (publicada) pela primeira vez na *Contribuição à crítica da economia política* de 1859 (MARX, 1971).

¹⁰ Ver, por exemplo, Marx (2003, pp. 92 e 132-133).

¹¹ Marx (2003, p. 132).

¹² Ver em Marx (2008, p. 76-80).

¹³ Mandel (1968, pp. 82-103) ressalta ainda que mesmo nos *Grundrisse* ainda existiam trechos que seriam posteriormente desenvolvidos de forma diferenciada por Marx em O Capital, sendo o mais relevante deles a teoria da mais-valia (Marx ainda não havia aprofundado a diferenciação entre trabalho e força de trabalho, tão importante para a compreensão da exploração capitalista do trabalho na forma proposta em sua obra).

A superação das contradições presentes nos artigos de 1853, e da teoria histórico-filosófica por Marx de forma definitiva, viria com o desenvolvimento do método para a crítica da economia política a partir dos *Grundrisse* em 1857-59, e que culmina em *O Capital*. O método da economia política de Marx, e a crítica efetiva constante de *O Capital* são a efetivação da superação do método hegeliano que Marx buscava desde 1845, do ponto de vista a análise do capital. De qualquer forma identificar um objetivo e um caminho ainda não é o mesmo do que efetivamente percorrê-lo. “Entre este motivo da crítica e o conteúdo eficaz desta, há um mundo de diferença, para o qual o próprio Marx atraiu a atenção” (MANDEL, 1968, p. 170).

É evidente, entretanto, que Marx já havia chegado, desde obras como *A ideologia alemã* (MARX e ENGELS, 1982), e *A miséria da filosofia* (MARX, 2008), de 1845 e 1847, à conclusão de que o caminho para a compreensão da realidade, e sua transformação, não poderia partir de algum “mundo das idéias”, mas da própria realidade. Já havia identificado a necessidade do giro da “filosofia” para a crítica da economia política. Assim, não é possível sustentar que Marx, mesmo nestes escritos, fosse partidário da mesma “filosofia da história” cuja demolição era, em última instância, o seu grande objetivo.

Por outro lado, diante da análise feita acima, também não parece adequada a formulação do tema feita pela tese da “mudança” radical após os anos 1850. As distintas versões desta tese, analisadas no capítulo anterior, em geral terminam por atribuir a Marx uma concepção de desenvolvimento que, neste aspecto mais geral, de uma teoria da história, é caracterizada como “multilinear”. Isto, em si, não diz muita coisa a respeito do que seria efetivamente a noção marxiana de desenvolvimento. Ao defensor de uma noção “multilinear” da história, poder-se-ia responder, com Marx: tão multilinear quanto possível dadas as condições concretas. É o que Marx afirma em sua célebre passagem do 18 brumário de Louis Bonaparte: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. (MARX, 2006, p. 15).

Entretanto, quando, por “multilinear”, busca-se negar, junto com o unilinearismo e a filosofia da história, a existência de determinações advindas da reprodução social, de limitações materiais para as possibilidades de desenvolvimento colocadas em cada momento histórico concreto, ou mesmo quando por este termo busca-se ignorar a possibilidade de apreensão das leis internas de dos distintos modos de produção e de distintos níveis de desenvolvimento nas diferentes formações sociais, então, conforme visto acima, também se está afastando da teoria da história e da noção de desenvolvimento presente na obra de Marx.

Todos estes elementos apontam fortemente no sentido de que o mais provável é que neste ponto específico tenham razão autores como Sayer e Corrigan (1987) e Carcanholo e Augusto (2013), e que *apesar das contradições iniciais, Marx nunca tenha tratado o tema com um evolucionismo que implicasse numa visão histórico-filosófica e unilinear do desenvolvimento*¹⁴.

Desenvolvimento sob o capital e a possibilidade de um subdesenvolvimento especificamente capitalista

Será visto agora o segundo nível da abordagem do desenvolvimento, em uma sociedade capitalista ou de uma teoria do capital.

Em relação à visão unilateral da expansão capitalista e à igualação do subdesenvolvimento a alguma forma de atraso, fica claro que esta interpretação não se sustenta, nem mesmo se considerando apenas as análises concretas feitas por Marx. Em diversos momentos Marx aponta diferenças qualitativas e percebe consequências completamente diferentes, e mesmo opostas, da expansão capitalista em distintos países. Embora a análise de Marx sobre a Irlanda feita em O Capital seja a mais detalhada neste sentido, são vários os escritos onde ele trata especificamente de processos de expansão capitalista que não corresponderiam às visões de progresso na forma européia, mostrando esta expansão como um processo desigual e cheio de contradições.

¹⁴ O aspecto do peso *hegeliano* nestes escritos e sua superação por Marx já fora indicado por autores como Aricó (1980, p. 107) e por Bianchi (2010, p. 178).

Marx analisa vários casos onde a expansão das relações de produção capitalista não levam ao surgimento de um capitalismo de tipo industrial como havia ocorrido na Inglaterra, caso da Irlanda, Polônia, Índia, sul dos EUA etc. É o caso das passagens abaixo, extraídas de O Capital:

A população toda de tal região, como por exemplo, Michigan, está de início ocupada quase exclusivamente com a agricultura, sobretudo com a de produtos de massa, os únicos que pode trocar por mercadorias industriais e produtos tropicais. Todo o seu produto excedente aparece, por isso, na forma de grãos. Isso distingue, de antemão, os Estados coloniais criados com base no moderno mercado mundial em face dos antigos, especialmente os da época antiga. Recebem já prontos, através do mercado mundial, produtos que, sob outras circunstâncias, eles próprios teriam de produzir: vestuário, ferramentas, etc. Só com base nisso é que os Estados do Sul da União puderam fazer do algodão seu produto principal. A divisão do trabalho no mercado mundial permite-lhes isso. (MARX, 1983, III-2, pp. 162-163).

Cria-se uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, que transformam parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola para o outro campo preferencialmente industrial (MARX, 1983, I-2, pp. 63-64).

A afirmativa de que o capitalismo funcionaria do mesmo modo seja qual forem as condições de seu estabelecimento é diretamente contrariada por Marx em outro momento em que Marx trata destas características específicas do subdesenvolvimento. Em carta a N.F. Danielson de 1879 Marx afirma que nos países onde “a indústria moderna estava mais desenvolvida”, as ferrovias foram não apenas os meios de transporte mais adequados à produção industrial, mas também “a base de imensas sociedades anônimas, formando ao mesmo tempo um novo ponto de partida para todos os outros tipos de sociedades por ações, a começar pelas empresas bancárias” e que deram “um impulso nunca antes visto de concentração do capital, e também para a atividade cosmopolita acelerada e imensamente ampliada do capital bancário, abrangendo assim todo o mundo em uma rede de endividamento financeiro burla e mútuo” (MARX, 1879). Mas, por outro lado, nos países secundários, onde anteriormente o capitalismo “estava confinado a poucos setores da sociedade”, as ferrovias promoviam um crescimento capitalista desproporcional ao seu “corpo social” nas áreas exportadoras:

[...] Em geral, as ferrovias deram, é claro, um imenso impulso para o desenvolvimento do comércio exterior, mas o comércio em países que exportam produtos principalmente primários aumentou a miséria das massas. Não apenas o novo endividamento, contraído pelo governo por conta das ferrovias, aumentou o volume de tributos que pesam sobre o povo, mas a partir do momento em que

cada produto local passa a poder ser convertido em ouro cosmopolita, muitos artigos anteriormente baratos, porque invendíveis em certo grau, tais como frutas, vinho, peixes, carne, etc, tornaram-se demandados e foram retirados do consumo do povo, enquanto por outro lado, a produção em si, quero dizer, o tipo específico do produto, foi alterado de acordo com a sua maior ou menor suscetibilidade para exportação, enquanto que anteriormente era principalmente adaptado para seu consumo *in loco*. [...]. Todas as mudanças foram muito úteis para o grande proprietário de terras, o usurário, o comerciante, para as ferrovias, os banqueiros e assim por diante, mas muito tristes para o produtor real! (MARX, 1879 – Trad. nossa).

Em resumo, o que Marx está afirmando é que a instalação de ferrovias nos países sem uma indústria desenvolvida, ou seja, em especial no caso dos países exportadores de produtos primários, acaba tendo como consequência a aceleração da subordinação da economia destes países à lógica da exportação ou, em outras palavras, aos processos de acumulação de capital das economias industrializadas que comprem estes produtos, e, ainda que favorecesse o comércio exterior, fosse útil para os comerciantes, banqueiros e para as próprias companhias ferroviárias, levava a “miséria das massas”, “retirada dos produtos do consumo local”, e “prejuízo para os produtores”. Aqui já existe a indicação de uma diferenciação entre os países “líderes do capitalismo” e aqueles “que exportam principalmente produtos primários”, e uma diferenciação qualitativa, onde o mesmo processo – a instalação de ferrovias – leva a resultados opostos¹⁵.

Por outro lado, os dois trechos da obra de Marx exaustivamente usados como suposta comprovação da interpretação difusionista, as passagens do Manifesto Comunista que apontam no sentido de uma tendência à expansão do capital e das relações capitalistas de produção e o trecho do prefácio à primeira edição de O Capital onde Marx afirmaria, referindo-se especificamente à Alemanha, que “o país desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido” (MARX, 1983, I-1, p. 12), se considerado o exposto até aqui, tampouco oferecem bases para esta interpretação.

No Manifesto o aspecto mais ressaltado do ponto de vista da questão do desenvolvimento é a atribuição de uma característica, aparentemente inerente ao modo de produção capitalista,

¹⁵ Salta aos olhos a diferença em relação aos textos de 1853 sobre a Índia, nos quais Marx prevê que a instalação de ferrovias levaria, inevitavelmente, ao desenvolvimento de um capitalismo industrial indiano (MARX, 1961b, p. 295). Em outro trecho, Marx seria ainda mais direto ao afirmar que as ferrovias na Índia foram inúteis para os indianos (MARX, 1881a).

revolucionar as relações sociais de produção (MARX e ENGELS, 1961a, p. 24). Esta tendência de expansão das relações sociais de produção capitalistas, relacionada ao surgimento da grande indústria, é uma característica levaria o modo de produção capitalista a se tornar o primeiro na história da humanidade que apresentava a tendência de abarcar todo o globo em seu interior:

Devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte ela obriga todas as nações a adotarem o modo de produção burguês, constringe-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (MARX e ENGELS, 1961a, pp. 24-25).

Os autores que defendem a interpretação difusionista têm identificado nestas linhas uma visão otimista de Marx no que diz respeito às possibilidades desenvolvimento capitalista em todo o globo¹⁶. Entretanto, o conteúdo do Manifesto, por si, não parece permitir tal interpretação. Marx e Engels estão afirmando a tendência, presente no modo de produção capitalista, de abarcar todo o mundo em seu interior, “revolucionando”, destruindo os modos de produção precedentes. Daí não decorre, necessariamente, que esta adoção do modo de produção capitalista venha a se dar através do desenvolvimento de um capitalismo industrial, e de uma indústria moderna, em todo o globo, de forma similar ao capitalismo industrial inglês. Em outros termos, o “mundo à sua imagem e semelhança”, sem afirmar (necessariamente) o desenvolvimento de forças produtivas por todo o mundo, poderia referir-se à expansão, em termos espaciais e quantitativos, das relações de produção capitalistas. Isto não significa o mesmo que um nivelamento dos patamares de desenvolvimento, *a não ser que se iguale, como pressuposto, a noção de desenvolvimento ao avanço das relações capitalistas*. A hipótese de que esta tenha sido a opinião de Marx é justamente o que questionamos neste trabalho.

O mesmo ocorre em relação ao prefácio de O Capital. Enquanto, como visto anteriormente, a expansão das relações de produção capitalistas em países como a Alemanha tendia a desenvolver um capitalismo com características semelhantes ao inglês (MARX, 1983, I-1, p. 12), a tendência colocada pelo avanço do capital em países como a Irlanda era tornar-se

¹⁶ Por exemplo, Mclellan (1998, p. 276) e Fiori (2000, pp. 18-19).

“pastagem de ovelhas e gado para a Inglaterra” (MARX, 1983, I-2, p. 259). Note-se, adicionalmente, que as duas tendências apontadas por Marx (para Alemanha e Irlanda) estão presentes no livro I de O Capital, de modo a afastar qualquer interpretação que aponte uma “mudança radical” de posição entre elas, do ponto de vista cronológico.

O método da crítica da economia política de Marx e a aplicabilidade da teoria social de O Capital ao tema do desenvolvimento

Por fim o último aspecto, que é a recusa, constante na interpretação difusionista de Marx, de qualquer possibilidade da utilização da teoria social conforme elaborada em O Capital para a análise dos temas relacionados ao desenvolvimento. Esta negação não corresponde de forma alguma ao método construído pelo autor para a crítica da economia política.

O método ontológico de Marx decorre do objeto: a sociedade capitalista. Marx já havia explicitado desde o Manifesto à conclusão de que uma das características fundamentais do capital seria a auto-expansão (valor que se valoriza), e a tendência a submeter à sua lógica todos os aspectos da vida social.

Assim parte-se da análise do objeto em seu nível máximo de abstração (o capital em geral) para ir progressivamente reconstruindo a realidade concreta no pensamento (MARX, 2011, pp. 54-55). Esta reconstrução, para Marx, deveria se dar na seguinte ordem: Capital em geral, propriedade fundiária e trabalho assalariado; Estado; Comércio exterior; mercado mundial e crises (MARX, 2011, p. 61; MARX, 1971, p. 27); Destas, apenas a primeira parte foi finalizada por Marx.

Assim como as teorias dos preços de produção e da renda agrária decorrem da teoria do valor simples com a adição das determinações específicas do controle capitalista da produção, uma teoria do desenvolvimento, coerente com este método, deve decorrer dos aspectos formulados nos níveis mais abstratos de análise (teoria do valor), com a incorporação das determinações específicas do processo de desenvolvimento¹⁷.

¹⁷ Para aprofundamento no que diz respeito à metodologia de Marx para a economia política ver Marx (2011, pp. 54-61). Para um panorama das polêmicas relacionadas aos planos de Marx e as questões metodológicas

Conclusão

As principais afirmativas da tese difusionista no que diz respeito ao desenvolvimento da sociedade em um nível mais abstrato, como a atribuição a Marx de uma filosofia da história de cunho hegeliano e de uma visão unilinear do desenvolvimento (em suas distintas formulações) não correspondem de forma alguma ao que poderia ser considerado uma teoria da história de Marx. Esta interpretação atribui ao autor uma posição histórico-filosófica e unilinear rejeitada por ele já nos anos 1840. Ao contrário, Marx em diversos momentos formula uma noção de desenvolvimento não-linear e muito mais “contemporânea” do que o observado por seus críticos.

Viu-se também que as tentativas de apontar uma ruptura do autor com um suposto “paradigma” de sua juventude na verdade não foram capazes de apreender de fato qual foi a noção de desenvolvimento com a qual Marx trabalhava, atribuindo ao autor toda uma gama de posições que poderiam colocá-lo, em alguns casos, entre os atuais pensadores da pós-modernidade, mediante a percepção um tanto vaga de uma concepção “multilinear” da história, que, levada às últimas consequências, poderia levar à negação de qualquer tipo de progresso no desenvolvimento das sociedades humanas. Além disso, esta interpretação encontra problemas adicionais para se sustentar se consideramos que já em 1844 o autor rejeita a concepção histórico-filosófica do desenvolvimento da sociedade.

Marx tem uma noção de desenvolvimento das sociedades em geral, trans-histórica, que não corresponde à mera expansão das relações capitalistas de produção. Marx, no que diz respeito a esta instância, já na Ideologia Alemã afirma uma visão do desenvolvimento bem mais complexa, que leva em conta o grau de desenvolvimento qualitativo das forças produtivas (novos setores da indústria) e a sofisticação da divisão de trabalho interna

em torno a eles ver Rosdolsky (2011, pp. 27-60). A posição sobre este ponto expressa aqui reproduz, em linhas gerais, além da interpretação de Rosdolsky (2011, caps. 1 e 2), também as de Kosik (1986) e Mandel (1982, cap. 1). Uma demonstração mais detalhada pode ser vista em De Paula (2014a, pp. 125-141).

tornada possível por este desenvolvimento, ou seja, o grau de socialização da reprodução da existência humana¹⁸:

As relações entre umas nações e outras dependem do estado de desenvolvimento em que se encontra cada uma delas no que concerne às forças produtivas, à divisão do trabalho e ao intercâmbio interno. Tal princípio é em geral reconhecido. Entretanto não apenas a relação de uma nação com outras, mas também toda a estrutura interna desta mesma nação, dependem do grau de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo. O quanto as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado de maneira clara pelo grau de desenvolvimento da divisão do trabalho. Na medida em que não se trata de simples extensão quantitativa de forças já conhecidas (arroteamento de terras, por exemplo), cada nova força produtiva tem como consequência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho (MARX e ENGELS, 1982, pp. 28-29).

Além disso, foi visto que no que diz respeito à teoria do desenvolvimento capitalista (teoria do capital), a interpretação difusionista buscou atribuir a Marx uma visão unilateral da expansão capitalista, onde toda e qualquer forma de subdesenvolvimento seria necessariamente uma reminiscência perene de modos de produção pré-capitalistas. Para que tal interpretação fosse possível, excluiu-se qualquer possibilidade de aplicação da teoria crítica da economia política elaborada por Marx em *O Capital* aos países e regiões subdesenvolvidos, por serem “insuficientemente capitalistas”.

Marx, ao contrário, percebeu com clareza que a expansão do capital era um processo contraditório que, em diversos casos, se expressou no que seria atualmente chamado de subdesenvolvimento. Além disso, no que diz respeito à aplicação da teoria marxiana ao desenvolvimento, aquilo que para os críticos difusionistas de Marx se tratava de uma incompatibilidade, o próprio explicitou em seus escritos metodológicos tratar-se apenas de um problema de diferentes graus de abstração, e que se sua teoria contida em *O Capital* trata do objeto de estudo em um nível de abstração mais alto (o capital em geral), a análise dos temas relacionados ao desenvolvimento deveria necessariamente buscar explicar os processos concretos de desenvolvimento (e subdesenvolvimento) a partir destas categorias e leis descobertas nestes níveis mais abstratos. Assim, em linhas gerais, poder-se-ia afirmar que uma abordagem marxiana do desenvolvimento coerente com o método ontológico adotado pelo autor para sua crítica da economia política deve necessariamente se

¹⁸ Corresponde em grande medida a esta descrição aquela encontrada na obra de G. Lukács (2009, pp. 237-238).

fundamentar na teoria do valor e nas demais categorias constantes em O Capital. Tal abordagem, em se considerando a ocorrência da formação de um mercado mundial dominado pela grande indústria capitalista¹⁹, teria como objetivo explicar como a operação da lei do valor sobre a economia mundial resulta na sua situação concreta, ou seja, o objetivo seria obter uma *concretização internacional da teoria marxiana do valor*.

A recusa da “aplicação” da teoria social constante em O Capital ao tema do desenvolvimento permitiu, entre outras coisas, que se considerasse o “nivelamento” dos patamares de desenvolvimento dos distintos países como a previsão teórica decorrente da tendência à auto-expansão do capital (valor que se valoriza), quando o exame atento da teoria contida na principal obra de Marx revelaria que *as principais tendências deste processo são a concentração e centralização do capital e a formação de um mercado mundial submetido à grande indústria capitalista como sua totalidade concreta* (MARX, 1983, III-1, pp. 199-200 e p. 250), não havendo qualquer previsão de tendência no sentido de qualquer nivelamento regional do desenvolvimento dentro desta totalidade em formação²⁰.

Já no que diz respeito aos postulados da interpretação da mudança radical nesta seara é fato que existe uma evolução das posições de Marx e que só a partir de certo ponto o “subdesenvolvimento” (capitalista) aparece como algo distinto do mero “atraso”. Entretanto, ao ver aqui uma “ruptura radical” esta interpretação ignora que a teoria de Marx sobre o capital só foi elaborada a partir de 1857-58. Falta nesta interpretação um tratamento adequado do papel da teoria constante de O Capital no que seria uma noção de desenvolvimento de Marx. Como imaginar uma teoria de Marx sobre o desenvolvimento

¹⁹ Marx, em sua época, considerava que o mercado mundial ainda era dominado pelo chamado capital comercial, principalmente devido ao que chamava de *faux frais* da circulação, os custos de transporte e armazenamento das mercadorias etc, ou, em outras palavras, pelo nível de desenvolvimento técnico. A formação de um mercado mundial controlado pela indústria corresponderia a um momento no qual ocorreria a formação de uma taxa média de lucros entre os setores produtivos do ponto de vista internacional, e a partir daí as movimentações de capitais passariam a ser explicadas pelas oscilações das taxas de lucros. A previsão da formação de tal mercado mundial decorreria da tendência auto-expansiva do capital e, assim como a tendências à concentração e à centralização do capital, seria uma de suas leis internas fundamentais (MARX, 1983, III-1, p. 200 e p. 250).

²⁰ Em relação a esta questão específica, autores como Marini (apesar de algumas contradições) e Anwar Shaikh já defenderam anteriormente pontos de vista semelhantes, relacionados à possibilidade de um nivelamento das taxas setoriais de lucros sem que, com isto, haja um nivelamento “nacional”, ou regional das mesmas. Ver Marini (1973a, p. 152; 1973b p. 187) e Shaikh (1991, p. 215).

capitalista fora da teoria do valor, da mais-valia, da acumulação? Por mais importantes que tenham sido as análises de Marx sobre casos concretos de subdesenvolvimento capitalista, o mero assinalar destas análises como justificativa para apontar uma suposta mudança radical para uma posição que não se pode definir qual seja termina por permitir uma desconsideração da teoria marxiana do capital, assim como fariam os difusionistas.

É interessante notar que, em relação a este último aspecto, a mesma crítica serve também para a posição de Baran e para toda a corrente que o seguiu. Baran produz sua análise do tema do desenvolvimento calcado na noção de *capitalismo monopolista de Estado*, formulada por E. Preobrajensky (seu antigo professor em Moscou²¹). Baran se apóia nesta formulação para excluir completamente a teoria do valor-trabalho da análise do desenvolvimento (assim como fariam os neo-ricardianos). Se o capitalismo havia se tornado monopolista e a lei do valor tinha perdido a validade, então era necessária uma nova teoria. É o que busca Baran ao elaborar seu próprio conceito de excedente e, partindo deste, ao construir sua Economia Política do Desenvolvimento (BARAN, 1977). Entretanto, Baran só precisa construir uma teorização “específica” para o desenvolvimento devido ao seu afastamento da teoria marxiana do valor.

Esta noção de que a redução da concorrência, a formação de monopólios e a participação estatal nas economias capitalistas “substituiriam” a lei do valor, ou reduziriam a aplicabilidade da teoria do valor não tem, ressalte-se, qualquer fundamento à luz da obra de Marx²², mas acabou tendo uma grande repercussão no debate marxista após os anos 1950. Seu principal ponto de afastamento de uma perspectiva marxiana é, portanto, o enfraquecimento do elo entre a teoria e sua fundamentação concreta no processo de

²¹ Howard e King (1989, vol. 2, p. 114). Preobrajensky afirma que “o período mais favorável para a ação da lei do valor foi a época do capitalismo clássico, que precedeu a passagem para a etapa imperialista” (PREOBRAJENSKY, 1979, p. 172), e que a “livre concorrência foi suprimida e a ação da lei do valor quase inteiramente substituída pela planificação do capitalismo estatal” (PREOBRAJENSKY, 1979, p. 174). Em suma, o capitalismo teria se tornado “capitalista demais” para a teoria do valor de Marx, tendo esta cedido lugar ao controle de preços pelo capitalismo monopolista de Estado.

²² No que diz respeito aos monopólios, Marx faz uma apreciação que coloca em questão toda esta elaboração sobre uma nova fase do capitalismo “monopolista”, apontando que os monopólios também estão, em última instância, submetidos às mesmas leis que os capitalistas “concorrenciais” (MARX, 1983, III-2, pp. 295-310). Neste sentido também opinam Mandel (1992, pp. 58-59) e Shaikh (1991, pp. 83-86).

reprodução social, ou seja, com o caráter ontológico possibilitado pela teoria marxiana do valor.

A principal decorrência da análise feita aqui é a possibilidade de categorização de um tipo específico de expansão das forças produtivas e das relações sociais capitalistas nas regiões do mundo nas quais o principal motor da acumulação é o abastecimento de matérias primas para as economias industriais. Este tipo específico, Marx identificou nos casos de Irlanda, Polônia, Índia, sul dos EUA etc, e chamou por vezes de regiões secundárias e dependentes, equivaleria ao que atualmente se chama de subdesenvolvimento. De qualquer forma, o mais relevante é que, independente do nome dado ao fenômeno, para Marx ele equivale a uma expressão da expansão contraditória do capital, sendo impossível conciliar com as análises vistas e com qualquer concepção que atribua sua causa ao mero atraso, ou a insuficiente adoção de relações capitalistas de produção em dada região ou país.

Isto não significa, obviamente, a exclusão da possibilidade da existência de qualquer “atraso” relativo, no que diz respeito à expansão capitalista. Mas significa, sem dúvida, que a tentativa de restrição do desenvolvimento desigual a algum tipo de atraso do ponto de vista desta expansão não encontra fundamento na obra do autor.

Referências bibliográficas:

AMIN, S. (1974). **Accumulation on a World Scale: A critique of the theory of underdevelopment** (2 volumes). New York: Monthly Review Press.

ANDERSON, K. B. (2010). **Marx at the Margins: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies**. Chicago: University Of Chicago Press.

ARICÓ, J. (1980). **Marx y América Latina**. Lima: CEDEP.

AVINERI, S. (1968). **Introduction**. In **Karl Marx on Colonialism and Modernisation**. Nova York: Doubleday.

BARAN, P. (1977). **A economia política do desenvolvimento**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.

BERNSTEIN, H. (1979). **Sociology of underdevelopment vs. Sociology of development?** In: LEHMANN, D. (1979). **Development theory: Four critical studies**. Londres: CASS.

BIANCHI, A. (2010). **O marxismo fora do lugar**. Política & Sociedade. Volume 9. Nº 16 – abril de 2010.

BONENTE, B.I. (2011). **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, 2011.

BRENNER, R. (1977). **The Origins of Capitalist Development: a Critique of Neo-Smithian Marxism**. New Left Review nº104, July-August 1977.

BREWER, A. (1990). **Marxist Theories of Imperialism: A critical survey**. 2nd. Edition. London: Routledge.

BROWN, M.B. (1974). **The economics of imperialism**. London: Penguin books.

CARCANHOLO, M. e A.G. Augusto (2013). **Ainda sobre a teoria da história em Marx**. Comunicação apresentada ao Colóquio internacional Marx e o Marxismo 2013. Niterói: NIEP-MARX/UFF, 2013.

CHILCOTE, R. (1983). **Teorias reformistas e revolucionárias do desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Revista de economia política. Vol. 3. Nr. 3.

DI MEGLIO, M. e P. Messina (2012). **Marx and Underdevelopment**. In: SAAD FILHO, A. Et al (2012). The Elgar Companion to Marxist Economics. Cheltenham: Elgar. Pp 206-211.

DE PAULA, P.G. (2014a). **Dois teses sobre Marx e o desenvolvimento: Considerações sobre a noção de desenvolvimento em Marx**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED). Instituto de Economia (IE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro: Fevereiro de 2014.

DE PAULA, P.G. (2014b). **Os escritos de Marx sobre a Irlanda nos anos 1860 e sua relevância para a compreensão do subdesenvolvimento**. Comunicação apresentada ao XIX encontro da SEP.

DOS SANTOS, T. (2000). **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

DUSSEL, E. (1990). **El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana**. México: Itzamalapa – Siglo veintiuno editores.

FIORI, J.L. (2000). **De Volta à Questão da Riqueza de Algumas Nações**. In: FIORI, J.L. (org). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOSTER-CARTER, A. (1978). **The modes of production controversy**. New Left Review no. 107 (Janeiro-fevereiro 1978).

FRANK, A.G. (1966). **El desarrollo de subdesarrollo**. In: FRANK, A.G. et al. Economia politica del subdesarrollo en America Latina. Buenos Aires: Ediciones Signos, 1970.

HOWARD, M.C. e J.E. King (1989). **A history of marxian economics**. Vols. 1 e 2. Princeton: Princeton University Press.

KAY, G. (1975). **Development and Underdevelopment: a Marxist Analysis**. London : Macmillan.

KIERNAN, V.G. (1974). **Marxism and Imperialism**. Londres: Edward Arnold Publishers.

KOHAN, N. (1998). **Marx em su (tercer) mundo: hacia un socialismo no colonizado**. Buenos Aires: Editorial Biblos.

KOSIK, K. (1986). **Dialética do concreto**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e terra.

LARRAIN, J. (1999). **Classical Political Economists and Marx on Colonialism and "Backward" Nations**. World Development, Vol. 19, No. 2/3, pp. 225-243. London: Pergamon Press Ltd, 1991.

LUKÁCS, G. (2009). **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

MANDEL, E. (1968). **A formação do pensamento econômico de Karl Marx**: De 1843 até a redação de O Capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. (1982). **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril cultural.

_____. (1992). **Introduction**. In: Marx, K. (1992). Capital. A critique of the political economy. Vol. I. 4th edition. Harmondsworth: Penguin.

MANDLE, J. R. (1980). **Marxist analyses of capitalist development in the Third World'**, Theory and Society, 9 (6), pp. 865-876.

MARINI, R.M. (1973a). **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, R. e STÉDILE, J.P. (org.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. Traspadini, São Paulo: Expressão Popular.

_____. (1973b). **Sobre a dialética da dependência**. In: TRASPADINI, R. e STÉDILE, J.P. (org.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. Traspadini, São Paulo: Expressão Popular.

MARX, K. (1853). **A Companhia das Índias Orientais: Sua história e as consequências de sua atividade**. Artigo para o New York Daily Tribune de 24 de junho de 1853. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1853/06/24.htm>. Acessado em 17/04/2013.

_____. (1877). **À redação de Otietchestvieniie Zapiski**. In FERNANDES, R.C. (1982). Dilemas do Socialismo. São Paulo: Paz e terra.

_____. (1879). **Letter from Marx to N. F. Danielson**. 10/04/1879. Disponível em http://www.marxists.org/archive/marx/works/1879/letters/79_04_10.htm. Acessado em 18/04/2013.

_____. (1881). **Carta de Marx a Vera Zassulich de 8 de março de 1881**. In: FERNANDES, R. (1982). Dilemas do Socialismo: A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e terra, pp. 187-188.

_____. (1881a). **Letter from Marx to N. Danielson in St. Petersburg**. 19/02/1881. Disponível em: http://www.marxists.org/archive/marx/works/1881/letters/81_02_19.htm Acessada em 17/04/2013.

_____. (1961a). **O domínio britânico na Índia**. In: Marx & Engels – Obras escolhidas. 2ª Ed. Pp. 286-291. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.

_____. (1961b). **Futuros resultados da dominação britânica na Índia**. In: Marx & Engels – Obras escolhidas. 2ª Ed. Pp. 292-297. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.

_____. (1980). **Teorias da Mais-valia: História crítica do pensamento econômico** (3 vols.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (1983). **O Capital: Crítica da economia política** (3 vols.). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. (2003). **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret.

_____. (2006). **O dezoito brumário de Louis Bonaparte**. 4ª edição. São Paulo: Centauro Editora.

_____. (2008). **A miséria da filosofia**. São Paulo: Martin Claret.

_____. (2011). **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica à economia política**. São Paulo: Boitempo.

MARX, K. e ENGELS, F. (1961). **Obras escolhidas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.

_____. (1961a). **Manifesto do Partido Comunista**. In: Marx & Engels – Obras escolhidas. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.

_____. (1982). **A ideologia Alemã (Feuerbach)**. 3a. Edição. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.

MCLELLAN, D. (1998). **Marxism after Marx: An introduction**. Third Edition. London: McMillan press.

MOHRI, K. (1979). **Marx and “Underdevelopment”**. Monthly Review, Volume 30, Number 11, April 1979.

PALMA, G. (1978). **Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment**. World Development, 6, pp. 881-894, 1978.

PREOBRAJENSKY, E. (1979). **A Nova Econômica**. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1979.

REY, P. P. (1978). **Les alliances de classes**. Paris: Maspero.

ROSDOLSKY, R. (2011). **Gênese e estrutura de o Capital de Karl Marx**. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2011.

ROSTOW, W.W. (1974). **Etapas do desenvolvimento econômico: Um manifesto não-comunista**. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Zahar.

RUBIN, I.I. (1980). **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SAYER, D. & CORRIGAN, P. (1987) **Revolution against the state: the context and significance of Marx’s later writings**. Dialectical Anthropology 12: 65 – 82.

SCARON, P. (1980). **A modo de introducción**. In: Marx e Engels, Materiales para la historia de America Latina, Cuadernos de Passado y Presente, p. 5-19.

SHAIKH, A. (1991). **Valor, Acumulación y Crisis: ensayos de economía política**. Bogotá: Tercer Mundo Editores.

SHANIN, T. (1984). **Late Marx and the Russian Road**. Ed. por Teodor Shanin. Londres: Routledge and Kegan.

SUTCLIFFE, B. (1972). **Imperialism and industrialization in the Third World**. In OWEN, R. & SUTCLIFFE, B. Studies in the Theory of Imperialism. London: Longman.

VUJACIC, I. (1988). **Marx and Engels on development and underdevelopment: the restoration of a certain coherence**. In: History of Political Economy, vol.20, no.3.

WADA, H. (1984). **Marx and Revolutionary Russia**. in Late Marx and the Russian Road ed. by Teodor Shanin (Routledge and Kegan, 1984).

WALLERSTEIN, I. (1985). **Marx and underdevelopment**. In: RESNICK, S. e WOLFF, R. (1985). Rethinking Marxism: Struggles in marxist theory – Essays for Harry Magdoff & Paul Sweezy. New York: Autonomedia.

WARREN, B. (1973). **Imperialism and capitalist industrialization**. New Left Review I/81, September-October 1973.

WEEKS, J. (1988). **Capital mercantil**. In: BOTTOMORE, T. (org.) Dicionário do pensamento marxista, pp. 50-51. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

WILLIAMS, G. (1978). **Imperialism and Development : A Critique**. World Development Vol. 6 pp. 925-936. London: Pergamon Press Ltd, 1978.